

SOCIEDADE E DEFESA: uma aproximação, após a criação do Ministério da Defesa

Carlos Antonio Raposo de Vasconcellos¹

Resumo: Trata da aproximação entre a sociedade, como um todo, e o estamento militar: dos assuntos de defesa. Após o período dos governos militares, 1964 até 1985, os militares ficaram estigmatizados e a sociedade relutante em sua aceitação e diálogo, se distanciou, e com isso, a segurança nacional seguia com os militares. Logo após, a partir de Sarney, primeiro presidente civil, inicia período de abrangência deste trabalho que se encerra, praticamente, nos dias atuais. Os fatos relevantes que foram motivos para esta aproximação e os motivos que sustentam tal afirmação. Comenta sobre o afastamento da diplomacia e do Congresso Nacional na condução na política de defesa neste período de redemocratização do país. Apresenta breve histórico sobre a criação de cada Força Armada no Brasil, suas origens e desenvolvimento. Algumas instituições militares que foram criados após a vitória da II Grande Guerra, até a criação do Ministério da Defesa. Descreve os documentos produzidos pelo MD. Apresenta, de forma sucinta, alguns trabalhos realizados por cada ministro da defesa. Lembra que, mesmo com o poder político da nas mãos civis, a competência em matéria de defesa segue com os militares. Por fim, revelam-se os mais recentes atos do atual ministro Celso Amorim. Como conclusão, a comprovação do quanto é necessário o entendimento entre sociedade e defesa – política externa e política de defesa, para um país da envergadura que possui, atualmente com a sexta economia do mundo e com a intenção de possuir um assento e voz ativa no concerto das nações.

Introdução

Desde as últimas décadas do século XX, os países da América do Sul têm passado por transformações políticas, econômicas, sociais e constitucionais que tornaram o subcontinente mais democrático e liberal. Tais mudanças, consequentemente, também transformaram as Forças Armadas e a Defesa Nacional. No Brasil, por vinte e um anos os militares governaram o País, tendo passado esta tarefa para os civis, a partir de 1985. De 1985 até 1988 houve a Assembléia Nacional Constituinte, de onde nasceu a Constituição Federal de 1988. A partir de 1989, procede-se a eleições diretas para a escolha de presidentes. Contudo, a sociedade

¹ O autor é oficial da Marinha do Brasil, graduado em Engenharia Operacional Mecânica, mestre em administração pública pela FGV – RJ, pelo PRÓ-DEFESA. Foi gerente da Divisão de Política de Defesa Nacional, no MD. Participou da revisão da PDN, END e da elaboração do LBDN. Atualmente é adjunto da Divisão de Assuntos Políticos da ESG. Esse texto foi apresentado na Associação Brasileira de Estudos de Defesa (ABED) 2014, em Brasília.

segue com reservas em relação aos militares. Alsina Júnior (2009, p.73) sintetiza: “É compreensível, portanto, que até o presente perdurem, de forma inercial, desconfianças de amplos setores da sociedade civil em relação ao estamento militar – mesmo depois de sua plena adesão aos preceitos da democracia implantada a partir de 1985”.

Com a assunção do presidente Fernando Henrique Cardoso (FHC), uma série de medidas foi tomada em relação aos militares e à Defesa Nacional. A criação da 1^a Política de Defesa Nacional (PDN), em 1996, pela Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional (CREDN) e a criação do Ministério da Defesa (MD) são bons exemplos.

A ativação do MD, a partir de 1999, diminui muito, a influência política dos militares. Os ministros das 3 Forças perderam status, passando a Comandantes de Força, subordinados, diretamente, ao Ministro da Defesa.

No governo Lula, foi realizado o Ciclo de Debates sobre Atualização do Pensamento Brasileiro em Matéria de Defesa e Segurança. As reuniões foram em Itaipava, entre 2003 e 2004, na gestão do Ministro da Defesa José Viegas Filho. Compareceram notáveis convededores dos assuntos de Defesa entre civis e militares. Essa massa crítica de conhecimentos foi utilizada para a revisão da PDN de 1996, que aconteceu em 2005. Em 2008, foi elaborada a Estratégia Nacional de Defesa² (END), por um grupo que reuniu cerca de 40 civis e 10 militares, o que demonstrou a inserção de civis em temas até então restritos aos militares. As tratativas para a elaboração do Livro Branco de Defesa Nacional (LBDN) se iniciaram no governo do presidente Lula, em 2010, com previsão de entrega para 2012. O LBDN é material de fundamental importância para um País e um documento-chave de política que oferece a visão do Governo a respeito da Defesa Nacional. Todos esses documentos foram atualizados em 2012 e aprovados pelo Decreto nº 373 de 2013³. Há um distanciamento, que tem diminuído, entre os setores político, industrial, acadêmico com o setor da Defesa. Flores (2002, p. 100) ressalta a dificuldade de o Ministério da Defesa conduzir e administrar as conexões entre os atores ligados à Defesa. O ex Ministro da Marinha (2011), também ressalta a falta de representantes diplomáticos por ocasião da confecção das tratativas para a confecção da Estratégia Nacional de Defesa: “É no mínimo curiosa a não participação (ao menos a não participação formal, explicitada no documento) de

² A Estratégia Nacional de Defesa é o vínculo entre o conceito e a política de independência nacional, de um lado, e as Forças Armadas para resguardar essa independência, de outro. Trata de questões políticas e institucionais decisivas para a defesa do País, como os objetivos da sua —grande estratégia e os meios para fazer com que a Nação participe da defesa. Disponível em <http://www.defesa.gov.br/projetosweb/estrategia/arquivos/estrategia_defesa_nacional_portugues.pdf>. Acesso em 15 jul. 2014.

³ Disponível em <<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decleg/2013/decretolegislativo-373-25-setembro-2013-777085-norma-pl.html>>. Acesso em 16 jul. 2014.

representante do Ministério do Exterior, cuja contribuição seria supostamente fundamental, numa estratégia de defesa [...]"'. Contudo, já houve aproximação. Desde a abertura do MD, em 1999, havia, em seus quadros, representantes diplomáticos, incluindo um embaixador. E, somente em 2010, o Ministério das Relações Exteriores contemplou os assuntos de Defesa com um setor responsável, no gabinete do Secretário Geral, com a Coordenadoria Geral de Assuntos de Defesa⁴ (CGDEF).

A pouca representatividade militar no Congresso Nacional e o pouco conhecimento dos políticos sobre o tema, refletem, de certa forma, o pouco caso, por parte do Governo, com os assuntos ligados à Defesa Nacional. Com isso, a pauta parlamentar pouco contempla os tais assuntos deste tema e a cultura de defesa segue incipiente no ideário popular. As relações do meio acadêmico com o militar ainda são protocolares, contudo há avanços.

Pela área acadêmica, a Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – CAPES, em parceria com o MD, desde 2008, recebe projetos de implantação de redes de cooperação acadêmica na área de Defesa Nacional, o Pró-Defesa, com vistas ao estabelecimento de convênio de fomento no âmbito do Programa de Apoio, ao Ensino e à Pesquisa Científica e Tecnológica em Defesa Nacional. O Pró-Defesa⁵ dirige-se a instituições públicas e privadas brasileiras que possuam, em seus programas de pós-graduação *stricto sensu*, reconhecidos pelo Ministério da Educação (MEC), área(s) de concentração ou linha(s) de pesquisa em Defesa Nacional. Trata-se de iniciativa inédita no Brasil e mais um caminho de aproximação entre civis e militares em pesquisas e estudos voltados para a Defesa.

O desenvolvimento de estudos desta natureza pode suscitar maior interesse, particularmente pelos civis, aos assuntos ligados à Segurança e Defesa Nacionais. Como observou Alsina Junior (2009): "[...] está na hora de cobrar da sociedade o que tem feito, de fato, pela segurança do País."

Na apresentação do livro "Reflexões sobre Defesa e Segurança: uma estratégia para o Brasil", o presidente Lula (2004, p. 11), é enfático: "Esta [...] publicação [...] oferece ao público [uma] verdadeira lição da importância do diálogo na formulação de políticas públicas [sobre Defesa] em um governo democrático." Não há dúvida quanto a que tal afirmativa denota e fortalece o fato de que Defesa é Política Pública.

A criação das Forças Armadas no Brasil

⁴ Disponível em <http://www.itamaraty.gov.br/o-ministerio/conheca-o-ministerio/organograma/>. Acesso em 12 jun. 2014.

⁵ Disponível em <<http://www.capes.gov.br/bolsas/programas-especiais/pro-defesa>>. Acesso em 3 jul. 2014.

A criação das Forças Armadas no Brasil remonta a épocas distintas. Ocorreu por conta de necessidades episódicas e históricas, por personagens diferenciados, brasileiros ou não, e que, ao longo dos tempos, foram assumindo uma identidade nacional. Hoje são Instituições de alta credibilidade no país. A Constituição de 1946, com o presidente Dutra, citava a criação de um Ministério único para as Forças Armadas. Entretanto o processo de integração resultou apenas na instituição do Estado Maior Geral (EMG - 1946), que veio a se transformar no Estado Maior das Forças (EMFA - 1948).

A Revolução Liberal, iniciada no Porto, em Portugal, exigiu o regresso da coroa portuguesa e isso terminava com o poder absoluto do rei que, mesmo se distanciando para o Velho Mundo, tentou, ainda, fazer com que o Brasil retornasse à condição de colônia. Desta forma, surgiram duas facções: a dos que apoiavam a Coroa e a dos que ficaram para, a princípio, prestar seu apoio ao Príncipe D. Pedro. Por conseguinte a Marinha Imperial portuguesa também se dividiu. Foi este fato que se tornou o embrião da Marinha do Brasil (MB).

Por escassez de recursos, em janeiro de 1823, foi lançada uma “subscrição pública” para angariar fundos que ajudassem a aparelhar a Esquadra brasileira. D. Pedro e a Imperatriz tomaram a liderança com a compra de 350 ações, sendo seguidos por membros abastados das elites do país. Em abril de 1823, a Esquadra estava constituída. Porém, faltavam os marinheiros, e mais; os homens que aqui permaneceram tinham fidelidade à Coroa ou ao Brasil, eis a questão.

Sua tripulação inicial veio do povo, e seu comandante era um estrangeiro, o almirante britânico *Alexander Thomas Cochrane*. O Brasil e a Marinha nasceram, praticamente, juntas. Sua denominação anterior foi Marinha de Guerra. A denominação passou a ser Marinha do Brasil por ter nascido de uma colaboração financeira, voluntária, do povo brasileiro.

Sobre o surgimento do Exército, há detalhes. Castro (2002, p. 76) recorda que: “Até surgir a comemoração de Guararapes como o Dia do Exército, a principal comemoração do Exército era a data de nascimento de Caxias, com o Dia do Soldado”. Herói com características que traduzem os valores da caserna.

Oficialmente tem-se considerado, com base no decreto presidencial de 24 de março de 1994, o dia 19 de abril o Dia Do Exército⁶ - como referência à data da primeira Batalha dos Guararapes, em 1648, onde os nativos da colônia brasileira publicaram um manifesto de revolta contra a ocupação holandesa. Com o advento da Lei do Sorteio Militar, mais tarde originando o Serviço Militar Obrigatório, a cidadania brasileira sempre esteve representada

⁶ Disponível <http://www.exercito.gov.br/c/document_library/get_file?uuid=76722dda-0bc6-42a4-9f7e-72ca0d9a2126&groupId=52610>. Acesso em 19 nov. 2011.

nas fileiras do EB, pelos seus militares de diversas raças e credos. Já em Guararapes negros, brancos e índios lutaram por um bem comum – a defesa de nosso território.

No período da I^a Guerra Mundial, em janeiro de 1918, oficiais da Marinha e do Exército foram enviados à Grã-Bretanha, para receber treinamento em pilotagem de aviões na *Royal Naval Air Service – RNAS*, antigo corpo aéreo da Real Marinha Britânica. Em agosto de 1919, foi realizado o primeiro vôo aeropostal da Marinha, inaugurando-se o Correio Aéreo da Esquadra, precursor do Correio Aéreo Nacional. Nesse sentido, a Marinha e o Exército foram peças chave para a composição dos quadros da Força Aérea Brasileira. Com influências do general italiano *Giulio Douhet* (1869-1930), um dos estrategistas aéreos que defendia o conceito de supremacia aérea, as idéias floraram. O ataque aeronaval realizado pela Marinha Imperial japonesa na base norte-americana em *Perl Harbor*, em 7 de dezembro de 1941, foi um alerta para a funcionalidade, a independência e a força dos aviões. Com os pilotos da Marinha e do Exército, formou-se a Força Aérea Brasileira. Em suma, o povo, junto com os governantes, criou as Forças Armadas. Elas resultaram de ato público em decorrência de necessidades específicas: constituem, portanto uma Política Pública. As divergências existiram e existem, entre as Forças, mas conforme explicam Castro e D'Araujo (2001, p. 11): “Essas divergências, longe de espelhar contradições negativas, têm a faculdade de ampliar o debate e de chamar a atenção dos civis para temas que, numa democracia, não podem ficar restritos às Forças Armadas”.

A importância atribuída à defesa nacional nos discursos dos Presidentes da República

No período da história republicana, o Brasil teve 37 presidentes. Para Roberto Seabra (2011), rever os discursos de posse dos presidentes é uma forma de entender a história do País. A análise desse conteúdo é uma possibilidade de se verificar em que tom foi abordado determinado assunto, ou em que nível de preocupação tal assunto esteve na agenda presidencial.

Revendo tais discursos, pode-se verificar que a Defesa não foi. Se não vejamos. Em discurso de uma lauda⁷, o presidente Sarney limitou-se a agradecer os feitos do presidente eleito, referindo-se a Tancredo Neves. Não comentou qualquer assunto de forma mais atenta, tampouco sobre Defesa.

⁷Disponível em <http://www.biblioteca.presidencia.gov.br/ex-presidentes/jose-sarney/discursos/1985/01.pdf/at_download/file>. Acesso em 29 jul. 2014.

Collor⁸ citou a paz no bojo da questão do meio ambiente, dado que se avizinhava a realização da Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente e o Desenvolvimento (CNUMAD), conhecida como Rio 92. Lembrou a preocupação com a Amazônia, Pantanal e a Mata Atlântica, nossos rios e bosques. Asseverou que os gastos militares das nações do Norte seriam suficientes para realizar a limpeza, num sentido ecológico, da Terra. Ressaltou a importância da integração na América Latina como sendo o grande espaço imediato. Reforçou a tradição de amizade, de esforço pela paz regional, de cooperação e diálogo. Citou como decisiva a ação de Organismos Internacionais, particularmente a ONU e a OEA como instrumentos de paz e segurança. Sobre Defesa Nacional, de forma objetiva, nada foi encontrado. Não completou seu mandato. Governou por pouco mais de dois anos e meio.

O presidente Itamar Franco assumiu por um período de dois anos. Em seu curto discurso⁹ comentou sobre a insegurança interna, citou o Estado como promotor da Paz; e mencionou que em seu governo não haverá segredos, apenas os ligados à segurança do País, em suas relações internacionais. Não há alusões à Defesa Nacional.

Fernando Henrique foi o primeiro presidente que exerceu dois mandatos consecutivos: de 1º de janeiro de 1995 a 1º de janeiro de 1999 e o segundo, de 1º de janeiro de 1999 a 1º de janeiro de 2003. Citou¹⁰: “Como Comandante-em-Chefe das nossas Forças Armadas, estarei atento às suas necessidades de modernização, para que atinjam níveis de operacionalidade condizentes com a estatura estratégica e com os compromissos internacionais do Brasil”.

Com a intenção, já alardeada, de criar o MD, lembrou: “[...], atribuirei ao Estado-Maior das Forças Armadas novos encargos [...]. a serem realizados em conjunto com a Marinha, o Exército e a Aeronáutica, para conduzir a adaptação gradual das nossas Forças de defesa às demandas do futuro. Em seu discurso¹¹ de o novo mandato, nada acrescentou.

Lula foi o trigésimo quinto presidente do Brasil, cargo que exerceu de 1º de janeiro de 2003 a 1º de janeiro de 2011, face à sua reeleição. Disse¹² ter chegado a hora de transformar o Brasil em uma nação soberana e que é necessário um planejamento estratégico. O empresariado, os

⁸ Disponível em <http://www.biblioteca.presidencia.gov.br/ex-presidentes/fernando-collor/discursos-1/1990/01.pdf/at_download/file>. Acesso em 29 jul. 2014.

⁹ Disponível em <http://www.biblioteca.presidencia.gov.br/ex-presidentes/itamar-franco/discursos-1/1992/01/at_download/file>. Acesso em 29 ago. 2014.

¹⁰ ¹⁰ Disponível em <http://www.ifhc.org.br/index.php?module=conteudo&class=fixo&event=ver&id_conteudo=7>. Acesso em 9 jan. 2014.

¹¹ Disponível em <http://www.biblioteca.presidencia.gov.br/ex-presidentes/fernando-henrique-cardoso/discursos-1/2o-mandato/1999/01.pdf/at_download/file>. Acesso em 30 ago. 2014.

¹² Disponível em <http://www.biblioteca.presidencia.gov.br/ex-presidentes/luiz-inacio-lula-da-silva/discursos-de-posse/discursode-posse-1o-mandato/view>. Acesso em 23 jul 2014.

partidos políticos, as Forças Armadas e os trabalhadores estão unidos para a prosperidade e a justiça. Em seu discurso de reeleição¹³ referiu-se à segurança pública e nada comentou sobre a segurança externa.

Dilma Rousseff iniciou seu mandato em 1º de janeiro de 2011 e tem término previsto para 1º de janeiro de 2015. Em seu discurso¹⁴, o tema segurança é citado quatro vezes, todas dizendo respeito à segurança pública. Numa delas, cita o Rio de Janeiro como exemplo exitoso na solução dos conflitos pela ação coordenada das forças de segurança com a participação das Forças Armadas. Sobre Defesa Nacional, defendeu uma maior capacitação federal na área da inteligência e no combate das fronteiras com o uso de modernas tecnologias e treinamento profissional permanente. Quando se referiu à erradicação da miséria, pediu apoio das instituições públicas, incluindo as Forças Armadas. Citou as fronteiras como ponto de maior atenção.

Como conclusão dos discursos, nota-se que há conflitos entre discurso e prática. Nem sempre o que foi prometido coincide com o que foi feito, tampouco o que foi feito transparece nas palavras de posse. No regime presidencialista, nem sempre a vontade do presidente prevalece. É o presidencialismo de coalizão.

A sociedade e a Defesa: uma aproximação

Já se comentou sobre a inserção, na Constituição de 1946, de uma breve alusão a uma nova “instituição”, um Ministério único para as Forças Armadas – não foi concretizada. Em 1946 criou-se o EMG e em 1948 o EMFA.

Entre 1964 e 67, o presidente Castelo Branco retoma a idéia de um Ministério das Forças Armadas. Foram idealizados três modelos (chamado pelos militares de ”linhas de ação”) que dariam sustentação à criação deste ministério. Castelo e seu Chefe de Gabinete, general Geisel, “rascunharam” algumas possibilidades, mas de pouco sucesso à época.

Na Assembléia Nacional Constituinte (1985 – 1988), o tema veio à baila, mas o momento político visava outras prioridades e não houve progresso. Em campanha para eleição, FHC, anuncia que: “Atribuiu ao chefe do EMFA e aos Ministros Militares a tarefa de realizar estudos em conjunto para conduzir a adaptação gradual das nossas Forças de defesa às

¹³ Disponível em <<http://www.inesc.org.br/noticias/noticias-gerais/2007/janeiro-2007/disco...>>. Acesso em 15 jun. 2014.

¹⁴ Disponível em <<http://www.senado.gov.br/noticias/integra-do-discurso-da-presidente-dilma-rousseff-na-cerimonia-de-posse.aspx>>. Acesso em 19 ago. 2014.

“demandas do futuro” – era o Ministério da Defesa, criado em 10 de junho de 1999, no governo FHC, pela Lei Complementar nº 97 de 9 de junho de 1999¹⁵.

Oliveira (2005, p. 119) observa que: [...] “a criação do Ministério da Defesa é a mais importante reforma no campo da Defesa nacional na história republicana em condição de normalidade democrática”.

A arte da guerra havia evoluído. O desenvolvimento científico e tecnológico transformou os conflitos armados em instrumentos de alto poder de destruição. Seus custos financeiros e políticos tornaram-se mais elevados, não permitindo, pois, erros de planejamento, coordenação e execução. Algo mudava. Mudava, também, o pensamento da sociedade quanto aos assuntos de Defesa.

É relevante a observação de D’Araujo (2010 a, p. 111), sobre a diferenciação dos militares: “Os militares que ocuparam e ocupam os comandos militares no Brasil desde a redemocratização de 1985 foram formados quando as novas regras da carreira já estavam em vigor, e têm uma forma de pensar menos intervencionista, ou seja, mais profissional”.

A criação e divulgação da PDN em 1996 abriram nova visão da Defesa no Brasil. Três anos depois foi criado o MD. O MD foi um ponto de inflexão na relação entre civis e militares. Exemplo está na confecção, inédita, dos documentos de defesa do País com a participação da sociedade. Segundo D’Araujo (2010, p. 122) além da PDN, outros documentos importantes foram elaborados e iniciava-se nova institucionalidade militar: “Aos poucos, num contexto de democracia, o país foi definindo o que considera ameaças e necessidades de defesa, e pensando o assunto de maneira estratégica. Esses são, sem dúvida, marcos [...] na história militar e das relações civil-militares no país”.

Sobre nossos ministros, breves comentários. O senador Élcio Alvarez¹⁶ foi o primeiro a ocupar a pasta da Defesa. FHC, em entrevista (OLIVEIRA, 2005, p. 451) sobre Élcio Alvarez, completou: “Foi [um ministro] *low profile*. O mais grave é que tinha uma secretária [...] que opinava muito. E isto é demais”. Pouco ou nada realizou de concreto na Defesa.

Ministro Geraldo Quintão, foi quem assumiu a tarefa de avaliar e revisar para atualizar a PDN de 1996. Convidou e ouviu representantes da sociedade, em 1999: profissionais da área de

¹⁵ Disponível em <http://www.planalto.gov.br/Infger_07/ministerios/Ministe.htm>. Acesso em 22 mar. 2011.

¹⁶ Ao tentar a reeleição em 1998, perdeu a vaga [para governador do Estado do Espírito Santo] para Paulo Hartung. Decidiu deixar a vida pública e mandou reformar seu escritório de advocacia no Espírito Santo. Antes de embarcar sua mudança, recebeu o convite para assumir o Ministério da Defesa. Aparentemente, sua indicação foi uma espécie de prêmio de consolação pela derrota nas eleições, o que só serviu para irritar os militares. Disponível em <http://veja.abril.com.br/190100/p_038.html>. Acesso em 2 maio 2011.

Defesa, para opinar – os “notáveis”. Capitaneou a IV Conferencia Ministerial de defesa das Américas¹⁷, em 2000 – a 1ª no Brasil. Brigagão e Proença participaram desses estudos. No artigo em que escreveram: “Os militares e a política” descrevem este processo e corroboram a ideia de participação da sociedade na revisão da PDN: “Nesse sentido, explicitava-se o desejo de um esforço conjunto de civis e militares, apontando a necessidade da participação de setores pertinentes da sociedade, como o Congresso Nacional, o universo acadêmico, a imprensa, a área científico-tecnológica e a indústria”. (BRIGAGÃO E PROENÇA In: AVELAR; CINTRA, 2007, p. 383)

A continuidade aos seus trabalhos de revisão da PDN seguiu com o ministro José Viegas. Entre setembro de 2003 e junho de 2004, foi realizado o Ciclo de Debates sobre a atualização do Pensamento Brasileiro em Matéria de Defesa e Segurança; outro encontro entre civis e militares. Foram convidados representantes de vários setores – integrantes do Governo, políticos, militares, diplomatas, acadêmicos, jornalistas entre outros. Foi um trabalho longo que redundou em quatro livros¹⁸, sobre o Pensamento Brasileiro sobre Defesa e Segurança.

- Reflexões sobre defesa e segurança: uma estratégia para o Brasil;
- O Brasil no cenário internacional de defesa e segurança;
- As Forças Armadas e o desenvolvimento C&T do País; e
- Desafios na atuação das Forças Armadas.

Viegas teve sua saída antecipada na pasta da Defesa¹⁹ para novembro de 2004. Mas os trabalhos não foram em vão. A PDN, em junho de 2005, pelo Decreto nº 5.484, foi atualizada, quase dez anos depois da de 1996.

Assumiu José Alencar em 8 de novembro de 2004, que exerceu a Defesa por dezessete meses. Pouco realizou. Acumulava a Defesa com a Vice-Presidência da República. Foi sucedido por Valdir Pires. Nesse período houve problemas no controle de tráfego aéreo nacional e um princípio de motim; motivos para nova troca na Defesa. O ministro Paulo Bernardo foi chamado a negociar com os grevistas e prometeu, de forma imprudente, que não haveria punições. Esse contexto levou à demissão o comandante da Aeronáutica e o então ministro da Defesa, Valdir Pires - desprestigiado e grande ausente neste episódio (D'ARAUJO, 2010b, p. 65).

¹⁷ Disponível em <<http://www.oas.org/csh/portuguese/docminist00.asp>>. Acesso em 21 jul. 2014.

¹⁸ Disponíveis em <<http://www.defesa.gov.br/arquivos/colecao/cientecnol.pdf>>, <<http://www.defesa.gov.br/arquivos/colecao/brasil.pdf>>, <<http://www.defesa.gov.br/arquivos/colecao/reflexao.pdf>>. Acesso em 26 set. 2011.

¹⁹ No dia 6 [novembro de 2004], o ministro José Viegas apresentou sua demissão ao presidente Lula que, indicou para o cargo o seu vice, José de Alencar. Disponível em <http://www.pstu.org.br/jornal_materia.asp?id=2728&ida=2>. Acesso em 4 maio 2014.

Pires foi substituído por Jobim, que assumiu com o intuito de resolver este imbróglio. Começava, no País, uma nova etapa na área da Defesa Nacional com o ministro que mais tempo permaneceu no MD: quatro anos e dois meses. Em sua posse, Lula reiterou: “[...] Então, a partir de agora, é fazer o que nós precisamos fazer, com a força que precisamos fazer, gastando o que precisar gastar para que a gente possa dar tranquilidade à sociedade brasileira”²⁰. Urgia-se por uma direção estratégica para a Defesa consonante com o desenvolvimento do País e com a aproximação entre militares e sociedade.

No documento em que Jobim e Mangabeira Unger - respectivamente, ministros da Defesa e Chefe da Secretaria de Assuntos Estratégicos - encaminham ao presidente Lula, o Projeto da Estratégia Nacional de Defesa (END²¹, p. 6), ficou clara a intenção de se dar novos rumos à Defesa Nacional:

[...] Nessas condições, Senhor Presidente, a atual iniciativa do governo de Vossa Excelência, de colocar as questões de defesa na agenda nacional e de formular um planejamento de longo prazo para a defesa do País é fato inédito no Estado brasileiro. Marca uma nova etapa no tratamento de tema tão relevante, intrinsecamente associado ao desenvolvimento nacional.

Aprovada a Estratégia Nacional de Defesa (END), em 18 de dezembro de 2008, completava-se parte da cadeia lógica dos documentos de Defesa do país. Um dos objetivos da PDN e da END foi o de aproximar a sociedade e a academia aos saberes militares.

Fato marcante, também em 2008, foi a abertura da Frente Parlamentar da Defesa Nacional.

O deputado Raul Jungmann (2009, p. 12), em seu discurso de posse, sublinhou o distanciamento entre as FA e o meio acadêmico:

São ainda incipientes as relações entre nosso meio acadêmico, as Forças armadas e a defesa, embora se verifiquem avanços notáveis. [...] A formação e qualificação de quadros, o desenvolvimento de programas e projetos, [...] requerem a atuação engajada das nossas universidades em consonância com os interesses e prioridades [...] da defesa.

Ato contínuo, o ex-ministro Jobim (2009, p. 17), reforçou a idéia:

Os países precisam ter a capacidade de dizer não, no contexto internacional, [...] de defender seus interesses econômicos, políticos e sociais [...]. E no mundo só se faz se, e somente se, tivermos a força da Defesa [...]. Esse fato faz com que [...] nossos 350 mil homens e mulheres que compõem o efetivo das Forças armadas brasileiras possam ter [...] a equipagem, a destinação e a consciência de que estão servindo a um grande País.

Completados dez anos, o MD confeccionou seu Livro Branco de Defesa Nacional. “A elaboração do Livro Branco de Defesa, por sua vez, denota uma preocupação em dar maior

²⁰ Ibidem.

²¹ Disponível em <<http://www.sae.gov.br/site/wp-content/uploads/Estrat%C3%A9gia-Nacional-de-Defesa.pdf>>. Acesso em 15 mar. 2014.

transparéncia aos temas militares e com isso atender a uma demanda da comunidade nacional e internacional” (D’ARAUJO 2010 b, p. 66). Com o mesmo viés, foram encaminhadas medidas ao Congresso e ao Executivo para a criação da Carreira Civil de Defesa e dos cargos efetivos de Analistas de Defesa Nacional. Previam-se, para um futuro próximo, profissionais qualificados para o exercício de funções na área de Defesa.

Ao nosso sétimo Ministro da Defesa, embaixador Celso Amorim, coube a tarefa de consolidar os trabalhos sobre o Livro Branco de Defesa Nacional, num esforço conjunto que contou com quase 200 estudiosos²², e submeter ao setor político. Pelo Decreto Legislativo nº 373²³, de 2013, foram aprovadas as atualizações da Política Nacional de Defesa, da Estratégia Nacional de Defesa e o lançamento do Livro Branco de Defesa Nacional, encaminhados ao Congresso Nacional pela Mensagem nº 83, de 2012.

Em paralelo, Celso Amorim, assinou em março de 2014, na Suécia, dois acordos que dão sequência ao processo de compra dos 36 aviões de caça Gripen NG²⁴. O primeiro acordo institui que os dois países podem estreitar conversas sobre outros projetos na área militar, e o segundo acordo se refere à proteção de informações sigilosas sobre a compra dos aviões de caça e de outros projetos que possam ser desenvolvidos entre Brasil e Suécia. Os acordos serão encaminhados para apreciação do Congresso Nacional.

Abaixo, os principais fatos que retratam a aproximação da sociedade aos assunto de Defesa, após a criação do Ministério da Defesa, 1999.



[compra-dos-cacas-gripen-ng](#). Acesso em 7 jun 2014.

Figura 1 – Fatos ligados à Defesa Nacional, em ordem cronológica, entre 1985 e 2012.
Fonte: o autor

Por conta do atual interesse do meio acadêmico em relação aos assuntos de Defesa, o MD pretende atuar de forma mais propositiva. Para tanto, acaba de instituir a Comissão Permanente de Ensino de Defesa²⁵ (Copede), instância colegiada que atuará no assessoramento ao ministro, na formulação e execução da Política de Ensino de Defesa (PEnsD) e também na regulamentação das atividades do campo acadêmico. Da reunião prevista para em 26 de agosto de 2014, esperam-se resultados propositivos. A Copede surge com a missão de “alinhar percepções e coordenar ações voltadas para a difusão do tema defesa.”

Considerações finais

Em 1985, os civis reassumiram o poder no País. Contudo, o denominado processo de redemocratização deu passos determinados para a aprovação da Constituição Federal em 1988 e com a realização das eleições diretas para Presidente da República em 1989.

Comprovou-se, pelos discursos de posse dos presidentes da república, de 1985 a 2013, que o nível de importância atribuído à Defesa Nacional é, ainda, pequeno.

Mostrou-se, também, que as Forças Armadas tiveram suas origens no povo. Povo que acredita e aprova em alto grau de confiabilidade essas Instituições.

A sociedade, a mídia, a academia, por todo o tempo dos governos militares, dividiram-se em posições contrárias e a favor dos militares. Passados mais quase trinta anos, o país vem consolidando sua democracia. Mais que isso, vê-se todo esse segmento atento, pelo menos um pouco mais, às demandas da defesa do País. A CAPES junto ao MD instituiu cursos que permitem aos civis terem acesso e se formarem em técnicos dos assuntos de Defesa. A procura e o interesse aumentam.

Os fatos descritos ao longo deste artigo demonstram que a Defesa Nacional tornou-se tema de preocupação nacional, embora, não ainda como devesse.

As indústrias também estão atentas. A compra de novas tecnologias e o consequente avanço nessa expressão do poder dão conta do progresso neste setor. O setor político passou a ficar

²⁵A criação da Copede foi institucionalizada pela publicação da portaria nº 2.038, de 14/08/2014, no Diário Oficial da União do dia 18/08. Disponível em <<http://www.defesa.gov.br/noticias/13447-instituida-comissao-que-vai-formular-e-implantar-politica-de-ensino-de-defesa>>. Acesso em 28 jul. 2014.

engajado, de forma umbilical, aos documentos que regem a Defesa Nacional. A PND, a END e o LBDN serão submetidos ao parlamento para sua apreciação e aprovação, a partir de 2012, e de 4 em 4 anos.

Desta forma, pode-se concluir que a academia, com graduação e pós na área avançou neste campo. O setor industrial está, cada vez mais, interessado em produtos de defesa. Por fim, o Parlamento se incluiu ao tema, ao observar a direção de Defesa Nacional, ao apreciar a PND, a END e o LBDN. A sociedade como um todo, se aproximou do enredo da Defesa.

Não está consolidada a idéia, mas muito se progrediu.

Referencias

ALSINA JÚNIOR, João Paulo Soares. *Política externa e poder militar no Brasil: universos paralelos*. Série Entenda o Mundo. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2009.

BRIGAGÃO, Clóvis; PROENÇA Jr, Domício. Os militares e a política. In: AVELAR, Lúcia e CINTRA, Antônio Octávio (orgs.). *Sistema Político Brasileiro: uma introdução*. Rio de Janeiro: Konrad-Adenauer-Stiftung; São Paulo: Editora Unesp, 2007.

CASTRO, Celso; D'ARAUJO, Maria Celina (orgs.). *Militares e política na Nova República*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2001.

D'ARAUJO, Maria Celina. *Militares Democracia e Desenvolvimento: Brasil e América do Sul*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2010 a.

D'ARAUJO, Maria Celina. *Perspectiva brasileira para os novos aspectos da segurança regional*. Cadernos Adenauer XI, nº 4. Brasil no contexto político regional. Rio de Janeiro, 2010 b.

JUNGMANN, Raul. *Discursos proferidos na ocasião do lançamento da Frente Parlamentar da Defesa Nacional*. Brasília, DF. Centro de Documentação e Informação da Câmara dos Deputados, 2009

JOBIM, Nelson Azevedo. In: JUNGMANN, Raul. *Discursos proferidos na ocasião do lançamento da Frente Parlamentar da Defesa Nacional*. Brasília, DF: Centro de Documentação e Informação da Câmara dos Deputados, 2009

LULA DA SILVA, Luiz Inácio. Prefácio. In: PINTO, J. R. de Almeida; ROCHA, A. J. Ramalho; SILVA, R. Doring Pinho da. (orgs.). *Reflexões sobre defesa e segurança: uma estratégia para o Brasil*. Brasília: Ministério da Defesa. Secretaria de estudos de Cooperação, 2004. Vol. 1.

OLIVEIRA, Eliézer Rizzo. *Democracia e Defesa Nacional*. A criação do Ministério da Defesa na Presidência de FHC. Barueri, SP: Manole, 2005.

SEABRA, Roberto. *A história da república através dos discursos presidenciais*. Disponível em <<http://UCHO.info/a-historia-da-republica-atraves-dos-discursos-presidenciais>>. Acesso em 5 set. 2013.